

UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS CONTÁBEIS NO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DAS PESSOAS FÍSICAS

Crislaine de Lima Feitosa - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Vera Lúcia Cruz - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Mayara dos Santos Silva - Prefeitura Municipal de Picuí (PMP)
Luiz Antônio Félix Júnior - Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Submetido em: 10 de dezembro de 2022

Aceito em: 09 de janeiro de 2023

Resumo

Esta pesquisa teve como intuito identificar as ferramentas contábeis que podem ser utilizadas no controle orçamentário de pessoas físicas. Para sua execução, a metodologia empregada teve uma abordagem qualitativa e quantitativa, com o objetivo de explicar os resultados através de uma pesquisa aplicada que buscou apresentar soluções ao objetivo traçado. Após os levantamentos realizados pelo estudo, foi possível identificar as ferramentas contábeis disponíveis no âmbito corporativo, que posteriormente foram analisadas com o intuito de relacionar quais, dentre elas, poderiam ser adaptadas para o planejamento de pessoas físicas. Nesse sentido, foram esboçados os demonstrativos sugeridos na elaboração de um orçamento pessoal, com o intuito de possibilitar um controle orçamentário que permita a realização de objetivos financeiros dos interessados. Assim, com base nos dados levantados pelo estudo, e nas projeções realizadas, pôde-se concluir que a utilização das ferramentas contábeis no controle orçamentário de pessoas físicas possibilita o controle e gestão do patrimônio pessoal visando o alcance de metas financeiras, a proteção dos seus recursos e a sua disponibilidade futura; essas ferramentas são: o orçamento, a demonstração do resultado do exercício, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa. Os achados desse estudo complementam a pesquisa de Jacomelli e Batista (2017) ao incluir o balanço patrimonial e a demonstração do resultado como ferramentas que podem ser utilizadas no controle do orçamento pessoal. O estudo pôde concluir também que, com a utilização dessas ferramentas de forma contínua, realizando o devido controle dos recursos financeiros e dos gastos, existe a possibilidade de evitar possíveis endividamentos.

Palavras-chave: Demonstrativos Contábeis; Orçamento; Planejamento Financeiro.

A STUDY ON THE USE OF ACCOUNTING TOOLS IN THE BUDGET CONTROL OF INDIVIDUALS

Abstract

This research aimed to identify the accounting tools that can be used in the budgetary control of individuals. For its execution, the methodology employed had a qualitative and quantitative approach, with the objective of explaining the results through an applied research that sought to present solutions to the outlined objective. After the surveys carried out by the study, it was possible to identify the accounting tools available at the corporate level, which were later analyzed in order to list which, among them, could be adapted for the planning of individuals. In this sense, the statements suggested in the preparation of a personal budget were outlined, with the aim of enabling budgetary control that allows the achievement of the financial objectives of the interested parties. Thus, based on the data collected by the study, and on the projections made, it can be concluded that the use of accounting tools in the budgetary control of individuals enables the control and management of personal assets aimed at achieving financial goals, protecting their resources and their future availability; these tools are: the budget, the income statement, the balance sheet and the cash flow statement. The findings of this study complement the research by Jacomelli and Batista (2017) by including the balance sheet and income statement as tools that can be used to control the personal budget. The study could also conclude that, with the continuous use of these tools, performing the proper control of financial resources and expenses, there is the possibility of avoiding possible indebtedness.

Keywords: Accounting Statements; Budget; Financial planning.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência que tende a disponibilizar ferramentas básicas para uma organização. Através das suas ferramentas são geradas informações, indicadores e análises, que fornecem dados importantes para a geração do conhecimento além do suporte na tomada de decisão (SCHEUERMANN; SCHWARTZHAUPT, 2020).

Da Paz, Da Conceição e Ayres (2019), corroboram afirmando que o sistema contábil é um mecanismo utilizado para o registro de todos os eventos econômicos e financeiros de uma entidade, sendo primordial para o auxílio na tomada de decisão, considerando que identifica onde, como e quando o dinheiro entrou e foi gasto.

Por isso, as ferramentas de gestão são disponibilizadas aos administradores para o acompanhamento, tomada de decisão e outros objetivos que foram traçados pela empresa (SCHEUERMANN; SCHWARTZHAUPT, 2020). Uma vez que a contabilidade objetiva o estudo e o controle do patrimônio fornecendo informações que sejam úteis para a tomada de decisões, através do recolhimento de dados de natureza financeira e econômica. No que se refere às informações de natureza financeira, essas englobam principalmente as movimentações referentes ao fluxo de caixa, enquanto as de natureza econômica compreendem principalmente os fluxos de receitas e despesas (RIBEIRO, 2013).

As ferramentas disponibilizadas pela contabilidade podem prover ao gestor uma visão holística da empresa, bem como possibilitar decisões que afetam direta e indiretamente a saúde financeira do empreendimento (VIEIRA, 2008), tornando a sua utilização uma fonte de sustentação para suas escolhas, ajudando no gerenciamento de custos, receitas, despesas e fatores de mercado (SANTOS; LIMA, 2018).

Através das ferramentas contábeis, tidas como subsídios importantes no processo gerencial que envolve o planejamento, organização, liderança e controle (VIEIRA, 2008), e ampliando os campos de possibilidade de sua utilização, observa-se que essa pode ser viável no controle orçamentário e familiar. Visto que, têm a capacidade de controlar a entrada e saída de recursos financeiros, proporcionando sua otimização e controle, de tal forma, que gera informações suficientes para a formulação de estratégias para o crescimento patrimonial ou para evitar endividamentos resultantes da má gestão financeira.

Considerando que a população brasileira, assim como as empresas, também está sujeita ao problema do endividamento, pois, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC (2021) divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), os níveis de endividamento médio das

famílias brasileiras foi o maior em 11 anos, atentando que em dezembro de 2021 foi registrado o patamar máximo histórico de 76,3% do total das famílias (CAMPOS, 2022).

De acordo com o Serasa *Experian* (2018), alguns dos principais fatores que causam o endividamento e inadimplência das famílias brasileiras são a ausência de educação financeira e a falta de controle nos gastos, ainda segundo o mesmo órgão, não é comum na cultura nacional ter apego ao planejamento e ao pensamento de longo prazo. Nesta mesma linha, a Comissão de Valores Mobiliários e a Associação Brasileira de Planejadores Financeiros – CVM e PLANEJAR (2019) apontam que, assim como acontece com as pessoas jurídicas, que elaboram relatórios gerenciais com o intuito de recolher informações que auxiliem na tomada de decisões a respeito de gastos e investimentos, as pessoas físicas deveriam tentar conhecer sua situação financeira pessoal e familiar, esse conhecimento pode ser potencializado com relatórios que consigam trazer o reflexo de suas decisões financeiras.

Nesse contexto, onde as ferramentas contábeis conseguem gerar informações para tomada de decisão por parte da empresa, evidencia-se que elas também podem servir para as pessoas ou famílias na gestão do seu orçamento, por contar com ferramentas como o balanço patrimonial, fluxo de caixa, orçamento mensal, demonstração de resultado do exercício, entre outros (TEZZA, 2015). Uma vez que os demonstrativos tendem a ajudar na tomada de decisões mais assertivas, para assim manter a saúde financeira, tendo em vista que trazem as informações dos aspectos monetários vivenciados por entidades físicas e jurídicas (DA PAZ; DA CONCEIÇÃO; AYRES, 2019).

Quando se trata da diminuição da renda familiar, vale ressaltar que essa redução pode ser numérica ou pela delimitação do poder de compra da moeda vigente. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese (2021), a diferença entre o salário mínimo vigente e o salário mínimo necessário para suprir as necessidades básicas da população brasileira tem se tornado cada vez mais expressiva desde 1994. No estudo, o salário mínimo não está subindo na mesma velocidade em que as necessidades da população aumentam, gerando subsídios para evidenciar a necessidade do controle orçamentário para a otimização dos proventos disponíveis.

E é nesse sentido que a contabilidade pode ser utilizada, pois a mesma possui ferramentas financeiras e gerenciais que contribuem para o acompanhamento da evolução do patrimônio e também das finanças como um todo. Assim o estudo objetivou identificar as ferramentas contábeis que podem ser utilizadas no controle orçamentário das pessoas físicas.

Assim, o estudo busca justificar-se em McGrath (2015), segundo o autor, apenas

35% da população adulta brasileira possui alfabetização financeira para gerir seu patrimônio. Os outros 65% dos brasileiros adultos estão sujeitos a uma maior chance de falhas no seu planejamento financeiro pessoal, visto que não possuem educação financeira suficiente para elaborar um orçamento que otimize a utilização dos seus recursos.

De acordo com Ribeiro (2013), para realizar o planejamento se faz necessário algum conhecimento prévio sobre conceitos financeiros. E Cerbasi (2015) ressalta que, além de ter conhecimentos teóricos a respeito de finanças e planejamento, é preciso saber utilizá-los ao executar um orçamento eficiente, que resulte em sobras que poderão ser investidas com regularidade em ativos financeiros. Os recursos acumulados serão fundamentais para evitar frustrações financeiras futuras e para possibilitar a realização de objetivos financeiros pertinentes para seus usuários, ao proporcionar o acúmulo de patrimônio.

Visto que, através das demonstrações financeiras, é possível obter representações estruturadas da posição financeira e do desempenho patrimonial de uma entidade ou pessoa física. Possibilitando, portanto, uma gestão eficiente através do acompanhamento do fluxo de caixa, do balanço patrimonial, entre outros (ROVAI, 2018). Tendo em vista que o planejamento financeiro pessoal é um conjunto de instrumentos e técnicas que possibilita à pessoa decidir onde, como e quando alocar os seus recursos (LEAL; DO NASCIMENTO, 2011).

O estudo busca agregar conhecimento mostrando que, algumas demonstrações financeiras, também podem ser utilizadas pelas pessoas físicas, considerando que os achados podem ajudar a demonstrar como esses demonstrativos também podem ser usados pelos cidadãos no seu dia a dia, já que nos modelos propostos, eles terão a real situação do seu patrimônio e irão ter o controle de suas finanças sem agregar custos, já que os modelos apresentados no estudo, buscaram facilitar o entendimento e podem ser utilizados em planilhas eletrônicas ou até mesmo redigido.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 FERRAMENTAS CONTÁBEIS

As ferramentas contábeis são de suma importância para o processo gerencial, porque auxiliam no planejamento, na organização, na liderança e no controle do patrimônio. Por isso, se faz necessário a compreensão de sua aplicação, assim como as funções da contabilidade (VIEIRA, 2008). Entre essas funções, está o controle do patrimônio, que é formado pelo conjunto de bens, direitos e deveres com terceiros vinculados a uma pessoa física ou jurídica

(IUDÍCIBUS; RIOS, 2021). Desse modo, a contabilidade se subdivide em oito ramos, sendo eles, a contabilidade financeira, a contabilidade de custos, a auditoria, a contabilidade gerencial, os sistemas de informação contábil, a contabilidade fiscal, a contabilidade forense e a contabilidade fiduciária (AFFDE, 2021).

Evidencia-se que, diante dos ramos citados, para a construção do planejamento financeiro, se faz necessário a utilização das ferramentas disponibilizadas pela contabilidade gerencial e pela contabilidade financeira. Uma vez que, as necessidades de informações contábeis para o processo de planejamento, execução, controle das atividades e avaliação de desempenho, são supridas pelos instrumentos oferecidos pela contabilidade gerencial, que é fundamentada pelas teorias de decisão, mensuração e informação, tendo os dados financeiros como base para alcançar seus objetivos (PADOVEZE, 2012).

Portanto, conforme citado por Garrison, Noreen e Brewer (2013), pode-se afirmar que a contabilidade, de forma ampla, fornece dados financeiros e operacionais que registram, estimam, organizam e resumem as informações. Através da contabilidade financeira, responsável por divulgar os números que enfatizam consequências de decisões passadas, destacando a objetividade, a verificabilidade e a precisão das demonstrações. Enquanto que a contabilidade gerencial zela pelo planejamento, pelo controle e pela tomada de decisões que afetarão o futuro, considerando sua relevância e seu efeito no tempo.

Nesse contexto, evidencia-se que no planejamento são estabelecidos os objetivos e especifica-se de que forma serão alcançados. Já o controle, envolve o acompanhamento para garantir que o plano seja executado da forma mais adequada possível ou modificado de acordo com as necessidades. A tomada de decisões, por sua vez, implica em selecionar uma ação dentre alternativas diversas para alcançar seu objetivo final e para verificar a eficiência dessas atividades, assim, pode-se formular um relatório de desempenho, que irá comparar dados orçados com os dados executados para identificar e eliminar fontes de desempenho insatisfatório (GARRISON; NOREEN; BREWER, 2013).

No que se refere às demonstrações financeiras, essas são responsáveis por unir as informações patrimoniais disponíveis, visando o fornecimento de dados que sejam úteis para seus usuários. Esses dados são apresentados através do conjunto completo de demonstrações contábeis que inclui o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado (se divulgada pela entidade), e as notas explicativas, caso desejar apresentar informações relevantes em seus demonstrativos para complementar o conjunto das

informações prestadas a sociedade (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

O Balanço Patrimonial (BP) é indispensável para a elaboração de um bom planejamento, tendo por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial em determinado período de tempo, por meio dos ativos e passivos (GELBCKE et al., 2018).

Sabendo que o ativo é o conjunto de bens e direitos, em posse dos seus proprietários, dos quais se espera que sejam gerados benefícios econômicos futuros (GELBECK et al., 2018). O passivo, por outro lado, compreende o conjunto de obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cuja liquidação resultará na saída de recursos econômicos (PÊGAS, 2019).

Em suma, os bens e direitos constituem o ativo, também conhecido como a parte positiva do patrimônio. E as obrigações, conseqüentemente, representam a parte negativa do patrimônio, chamada passivo. Porém, dentro do passivo, há uma subconta denominada de Patrimônio Líquido (PL), que evidencia a participação residual dos ativos, após a dedução dos passivos, caso ocorra (IUDÍCIBUS; RIOS, 2021).

Há outras contas que podem provocar variações no patrimônio, como as receitas e despesas. Segundo Ribeiro (2013), ambas são contas de resultado que provocam variações que podem ter como consequência o aumento ou redução do patrimônio líquido. Visto que as contas de resultado fazem parte da Demonstração do Resultado (DR), que tem como intuito resumir as receitas e despesas decorrentes das operações realizadas no período, objetivando a demonstração do resultado líquido dessas operações (GELBCKE et al., 2018).

As receitas equivalem a aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos, aumento de ativos ou diminuição de passivos (PÊGAS, 2019). Enquanto as despesas são caracterizadas pelo consumo dos bens que estão no ativo, e pela utilização de serviços no processo de obtenção de receitas que ocasionam em desembolsos financeiros que reduzirá a disponibilidade de utilização desses recursos para outros fins.

Ao passo que o resultado da DR, juntamente com as receitas e despesas evidenciadas, implica em alterações no patrimônio líquido, a demonstração das mutações do patrimônio líquido relaciona as variações ocorridas em suas contas no mesmo período; demonstrando os aumentos de capital, lucros ou prejuízos acumulados e as reservas criadas como forma de destinação dos recursos superavitários (RIBEIRO, 2013).

Já a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) reúne informações a respeito das

movimentações ocorridas nas disponibilidades em um dado período de tempo; identificando quanto foi destinado para investimentos, para financiamentos e para suas atividades operacionais (GELBECKE et al., 2018).

Segundo Ribeiro (2013), às entradas e saídas de recursos registradas pela DFC referente aos investimentos, relatam as transações advindas da aquisição, ou venda de ativos de longo prazo, ou investimentos que não pertenciam ao caixa e seus equivalentes, que serão registrados desde que não possuam caráter de aquisição de bem para revenda. Em contrapartida, as movimentações registradas a respeito dos financiamentos estão relacionadas com a mudança no tamanho e na composição do capital próprio e do capital de terceiros existente no patrimônio, pois compreende a captação de recursos. Já as movimentações referentes às atividades operacionais conotam as entradas e saídas dos recursos financeiros ligados à atividade principal da entidade ou da pessoa que está elaborando a demonstração.

Sinteticamente, a DFC tem o intuito de fornecer segurança aos seus usuários referente a sua capacidade de cumprir suas obrigações monetárias, pois analisará sua capacidade de geração de caixa e sua utilização (CPC, 2010).

Mas, quando se trata da elaboração de um demonstrativo que evidencie o valor econômico gerado resultante do esforço das partes interessadas, pode-se elaborar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Visto que, as informações por ela disponibilizadas permitem a análise da capacidade de geração de valor, compreensão da distribuição da riqueza, análise do seu desempenho econômico e auxilia no cálculo de indicadores que refletem o desempenho financeiro do patrimônio (GELBECKE et al., 2018).

Após a discriminação das ferramentas contábeis e seu uso, pode-se concluir que as ferramentas no orçamento têm como objetivo o controle do patrimônio. Visando apoio na coleta das informações para a realização de um planejamento, auxílio na tomada de decisão, controle e otimização do uso dos proventos pessoais possibilitando o recolhimento de informações a respeito da origem dos recursos e sua destinação (CVM; PLANEJAR, 2019).

2.2 ORÇAMENTO DOMÉSTICO

O conceito de orçamento compreende a previsão de movimentações financeiras futuras para sua administração em um determinado período de tempo, elaborado pelo setor governamental ou privado, englobando as pessoas jurídicas ou físicas interessadas em utilizar a ferramenta (FREZATTI, 2017). Para a contabilidade, o orçamento financeiro representa as demonstrações financeiras projetadas para períodos seguintes, com o intuito de serem

seguidas para alcançar um determinado objetivo. As demonstrações financeiras constantemente elaboradas com caráter preditivo, pelas entidades jurídicas, são a demonstração do resultado orçado, balanço patrimonial orçado e a demonstração do fluxo de caixa prevista para o mesmo espaço de tempo (SOUZA, 2014).

Quando se trata do orçamento doméstico, esse pode ser definido como a organização das receitas e despesas de forma sistemática, com o intuito de organizar os recursos financeiros, a fim de elaborar um planejamento financeiro eficiente (LOPES, 2012). Seu intuito no âmbito doméstico é servir como uma ferramenta de planejamento que ajuda a estimar as entradas de proventos, saídas e oportunidades de investimento no período analisado.

Assim, a partir da sua elaboração, é possível estabelecer objetivos que terão seus resultados acompanhados. Sua utilização é feita para monitorar se a rota traçada está sendo seguida, e também serve como uma forma preventiva de ajuste, caso seja necessário. Tendo em vista que, se algo estiver fora do planejado, é possível, facilmente, identificar e fazer as alterações (LOUZADA, 2017).

Cerbasi (2015) aponta que é pertinente ter alguns cuidados relacionados ao controle orçamentário como, estabelecer a periodicidade de controle, relacionar as receitas por categoria, monitorar a receita líquida do período após dedução das despesas, relacionar as despesas fixas e eventuais, e acompanhar a evolução das aplicações financeiras para a concretização de objetivos pré-estabelecidos.

Evidencia-se dessa forma que, a elaboração de um orçamento para o âmbito doméstico, facilita a visualização da alocação de recursos, além de possibilitar gastos de maneira estratégica sem comprometer o futuro projetado no planejamento financeiro (REDAÇÃO ONZE, 2022).

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Planejar consiste em decidir antecipadamente o que deve ser feito. Toda empresa possui um planejamento, ou deveria, seja esse voltado para o longo, médio ou curto prazo, para saber qual caminho trilhar e ser bem sucedido (FREZATTI, 2017).

O planejamento financeiro pessoal é similar, tem como propósito a gestão do patrimônio que permite realizar escolhas financeiras inteligentes que garantam a manutenção do patrimônio, sua proteção e a manutenção do padrão de vida que será desfrutada em um momento futuro, como na fase da aposentadoria, por exemplo (AMORIM, 2016).

Para a elaboração de um planejamento efetivo, serão avaliadas informações que vão desde as preferências de estilo de vida, até a situação econômica da região em que se vive. Além disso, se faz necessário a análise das exigências do indivíduo e a evolução de suas alterações em função do tempo (GARCIA, 2005).

O planejamento financeiro possui como base as informações disponibilizadas pelo orçamento, que por sua vez, precisa das informações fornecidas pela contabilidade. Visto que, o orçamento constitui um conjunto de informações financeiras de curto prazo para estabelecer um padrão de movimentações financeiras, sendo observado através da demonstração dos fluxos de caixa. Após sua elaboração, será utilizado para a análise do seu comportamento, sendo projetado, posteriormente, para o longo prazo no planejamento financeiro. Por ser mais amplo, o planejamento financeiro inclui o levantamento de dívidas, o balanço patrimonial, outros demonstrativos contábeis e a lista de objetivos do usuário (ROCHA, 2018).

Tanto ao elaborar o orçamento quanto o planejamento, se faz necessário ter ciência da situação financeira, que se compreenderá através do recolhimento de informações a respeito de receitas recebidas no período, dos gastos com produtos e serviços que são considerados essenciais para o indivíduo e sua família. Esses gastos podem incluir custos com aluguel, supermercado, transporte, seguro de saúde, internet, água, luz, entre outros, além dos gastos não essenciais que fazem parte de outros dispêndios que são realizados no mesmo período (NIGRO, 2018). Em posse dessas informações, é possível obter um diagnóstico para estabelecer um limite de gastos por categoria, eliminando gastos considerados supérfluos - considerando que sua eliminação tende a gerar sobra de recursos, para assim poder programar a realização de algum objetivo futuro que será pré-determinado no planejamento (ORTEGA, 2021).

Entende-se, portanto, conforme exposto pelos autores, que, de forma geral, o planejamento financeiro diz respeito à organização das finanças e serve como instrumento para orientar a realização de metas e objetivos, seja no âmbito empresarial ou pessoal. Mostrando que, sua elaboração auxilia na tomada de decisão e permite o controle dos gastos, além de evitar endividamentos indesejáveis por falta de planejamento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração de um trabalho científico, se faz necessário que haja um método, técnicas e uma elaboração de processos que permitam o seu desenvolvimento, com a finalidade de alcançar o objetivo final. Estes aspectos metodológicos são aplicados para a

organização e direcionamento de um trabalho de pesquisa, e devem ser de conhecimento do pesquisador (AMORIM, 2016). Nessa perspectiva, o corrente estudo utilizou, para sua execução, uma abordagem qualitativa e quantitativa na qual, segundo Souza (2018), são explanados dados numéricos, além de instrumentos para o entendimento, classificação e explicação dos aspectos levantados.

O estudo também se caracteriza como uma pesquisa aplicada, esse tipo de pesquisa objetiva estudar e gerar conhecimento a partir da aplicação prática, gerando soluções de problemas específicos (MORETTI, 2021), nesse sentido, o estudo buscou apresentar soluções para atender ao objetivo traçado na pesquisa.

Quanto ao objetivo, a pesquisa teve um caráter explicativo visto que, de acordo com a definição de Gil (2008), tem como intuito aprofundar o conhecimento a respeito do assunto, buscando explicar a razão e o porquê das coisas, identificando os fatores que determinam ou contribuem para a existência do fenômeno pesquisado. No estudo vigente, as explicações foram dispostas nos resultados para ajudar no entendimento do controle do orçamento doméstico através dos demonstrativos utilizados na pesquisa.

Complementando a tipologia da pesquisa, tendo em mente que foram levantadas as informações através de vários tipos de documentos, a pesquisa foi classificada quanto ao procedimento, como documental, já que serão empregadas fontes primárias, assim considerando os materiais compilados pelo próprio autor do trabalho, que ainda não foram objeto de análise, ou que ainda podem ser reprocessados de acordo com os propósitos da pesquisa (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Os indivíduos participantes da pesquisa englobam a população adulta brasileira a partir de 28 anos, com trabalho formal. Essa seleção foi feita, tendo em vista que, segundo Costa e Barbosa (2019), o brasileiro costuma começar a trabalhar formalmente após os 28 anos de idade.

E para as simulações referentes à elaboração do controle orçamentário, serão compreendidos os indivíduos que possuam renda individual próxima a R\$2.548,00. Levando em consideração que, segundo estudo realizado pelo IBGE (2022), com amostra populacional de 107,2 milhões de pessoas, cerca de 50% dos brasileiros receberam em média uma renda próxima à R\$2.548,00 ao mês no ano de 2021, analisando dados entre março de 2021 e março de 2022.

E de forma complementar, foram realizadas projeções considerando uma renda média individual de R\$1.121,10, visto que no ano de 2022 o salário mínimo representa o

valor de R\$ 1.212,00 menos o INSS de R\$ 90,90 que é uma contribuição obrigatória, esse valor representa o ganho de 33 milhões de brasileiros com carteira assinada em 2021, atendendo uma representação percentual de 35% (DESOTI, 2021).

Assim, com base nos dados, estima-se que a amostra do presente estudo possa atingir em torno de 85% dos brasileiros com carteira assinada no país. Partindo do pressuposto acima citado, no qual 50% da população com carteira assinada recebem aproximadamente R\$2.548,00 enquanto os outros 35%, englobados no estudo, recebem um salário mínimo, que, descontado do INSS equivalente a R\$1.121,10.

O processo de coleta de dados para a elaboração do estudo foi realizado através de uma pesquisa documental, baseado em dados, artigos científicos, entre outros. Conseqüentemente, considerando a natureza do estudo, os relatórios levantados pelos dados e as respectivas estimativas do orçamento doméstico foram agrupados para ajudar no seu tratamento e, por conseguinte, na sua exposição.

Após realizada a coleta dos dados, esses foram agrupados de acordo com os critérios determinados pela pesquisa, isto é, utilizar e montar os demonstrativos através da utilização do *software Excel*[®]. Na sequência, foi incluído nos demonstrativos, as projeções dos orçamentos domésticos apontados por Arcuri (2018), Nigro (2018) e Cerbasi (2015). Com a ajuda do programa *Excel* [®], foram montados os demonstrativos e, de acordo com suas especificidades, foram encaixados, em cada um dos modelos, os orçamentos domésticos. Assim, foi possível melhorar as análises dos dados coletados e, conseqüentemente, corroborou na exposição dos resultados encontrados que estão dispostos no tópico 4 deste estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 TETO DE GASTOS POR CATEGORIA

Segundo Arcuri (2018), para que haja uma eficiência no controle do orçamento é preciso que 70% da renda seja destinada a cobrir custos presentes, enquanto os outros 30% serão utilizados para planejar o futuro. As porcentagens serão subdivididas pela autora, para melhorar a visualização da utilização dos recursos.

Ainda segundo a autora, quando se trata dos valores destinados ao presente, 55% serão destinados aos gastos essenciais para o indivíduo, 5% para sua educação, com o intuito de investir em conhecimento para melhorar sua capacidade de geração de renda no futuro, e, os outros 10%, poderão ser gastos livremente com prazeres imediatos. Ao abordar os 30%

destinados ao futuro, a mesma indica utilizar 10% para o planejamento da aposentadoria e os outros 20% para objetivos de curto, médio e longo prazo.

Nigro (2018), ratifica afirmando que não existe regra única que seja aplicável para todos quando se trata da elaboração de um orçamento, mas compreende que é preciso ter um norte para organizar a vida financeira, sendo assim, se coloca a favor da divisão dos recursos em porcentagens específicas para determinadas categorias. Em seu método, no máximo 50% da renda deve ser destinada para gastos essenciais, 10% para outros gastos não essenciais, 30% para investimentos e os outros 10% podem ser utilizados como quiser, pois, servirão como combustível para continuar seguindo os demais parâmetros pré-estabelecidos.

No entanto, para Cerbasi (2015), a recomendação é investir entre 10% a 20% da renda mensal para objetivos de curto, médio e longo prazo, 5% da renda total deve ser destinada para imprevistos, pois, segundo o autor, eventualidades, quando não consideradas, poderá colocar todo o resto a perder. Já o valor restante, poderá ser distribuído de acordo com a conveniência do seu usuário; estabelecendo seus próprios tetos de gastos de acordo com as suas necessidades.

Constata-se que os autores possuem opiniões distintas a respeito do teto de gastos por categoria em um orçamento pessoal, mas, possuem algo em comum, isto é, a necessidade do controle orçamentário e a divisão entre suas necessidades essenciais e demanda por guardar uma parte para investimentos futuros.

Assim, com base nas projeções orçamentárias indicada por Arcuri (2018), Nigro (2018) e Cerbasi (2015), a necessidade de planejamento no orçamento familiar e a disponibilidade dos demonstrativos contábeis serem utilizados como instrumento nesse processo, o estudo começa tratando o teto de gastos recomendados pelos mesmos por categoria, tais informações estão disponíveis no quadro 1.

Quadro 1 - Teto de gastos mensais com as categorias por autor

Categoria	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Objetivos	30%	30%	10 - 20%
Educação	05%	00%	Personalizável
Lazer	10%	10%	Personalizável
Imprevistos	00%	00%	05%
Gastos essenciais	55%	50%	Personalizável
Gastos não essenciais	00%	10%	Personalizável

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Ao visualizar as informações apresentadas no quadro 1, nota-se que a elaboração do orçamento pode ser personalizada de acordo com a necessidade do usuário e o seu momento

de vida. Visto que não há um padrão de recomendação para sua elaboração. Contudo que reflita o controle efetivo da utilização dos recursos, poderá ser discriminado de diversas formas.

Pensando nisso, serão apresentadas projeções refletindo os três cenários citados, considerando a renda média individual do brasileiro de R\$2.548,00, conforme dito anteriormente, segundo o IBGE (2022), esse valor corresponde à renda média mensal do brasileiro no ano de 2021. Também serão apresentadas projeções de um salário mínimo líquido vigente, este, no ano de 2022, representa o valor de R\$1.121,10; segundo Desoti (2021), a quantidade de brasileiros que recebem um salário mínimo atingiu seu patamar recorde no segundo semestre de 2021 alcançando um grupo superior a 30 milhões de pessoas. Estas projeções foram elaboradas com o intuito de projetar simulações que englobem o maior número de usuários possível, portanto, as simulações compreenderão as duas rendas citadas.

4.2 ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

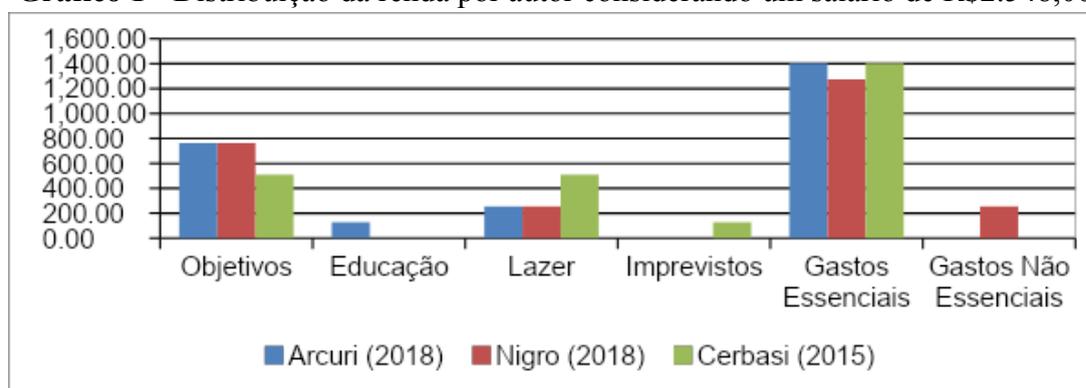
Há dez tipos de orçamento que poderiam ser projetados, levando em consideração a base de dados, o processo decisório, o horizonte do planejamento ou o método de custeio das atividades orçadas que podem influenciar as diversas formas de constituição da ferramenta (POTRICH, 2020).

No caso desse estudo, foi considerada a base de dados apontada no quadro 1, assim, os demonstrativos foram elaborados utilizando como modelo o orçamento base zero, que, segundo Samuleski (2020), possui como principal objetivo eliminar gastos desnecessários ou supérfluos que não estejam alinhados com o planejamento estratégico. Avaliando as formas mais eficientes de utilizar os recursos disponíveis a partir de uma base zero, a representação não considera movimentações financeiras anteriores, facilitando assim, a construção de um orçamento considerado como ideal para a realidade do indivíduo, que poderá ser cumprido sem a interferência de maus hábitos financeiros pré-existentes, já que o orçamento base zero elimina a sua presença.

A fim de tentar proporcionar clareza ao abordar as projeções orçamentárias sugeridas, e com o intuito de prever a necessidade de recursos futuros e sua utilização, o presente estudo apresenta as informações de forma ilustrativa, buscando auxiliar a sua compreensão através da construção de gráficos e quadros. Assim, no gráfico 3, estão representadas as projeções do orçamento considerando os percentuais de divisão de recursos recomendados por Arcuri (2018), Nigro (2018) e Cerbasi (2015).

Vale ressaltar, que Cerbasi (2015) não determina quais percentuais devem ser destinados para as demais categorias que não foram citadas em sua obra, pensando nisso, foram considerados números aproximados das opiniões dos demais autores, ficando destinados 20% para os objetivos futuros, 20% para o lazer (restaurante, festas, viagens, entre outros), 5% para imprevistos (doença, perda de emprego, entre outros), 55% para gastos essenciais (alimentação, água, luz, telefone, entre outros) e 0% para gastos não essenciais (tratamento estético, *delivery*, entre outros) conforme apresentado nos gráficos e tabelas presentes no estudo.

Gráfico 1 - Distribuição da renda por autor considerando um salário de R\$2.548,00

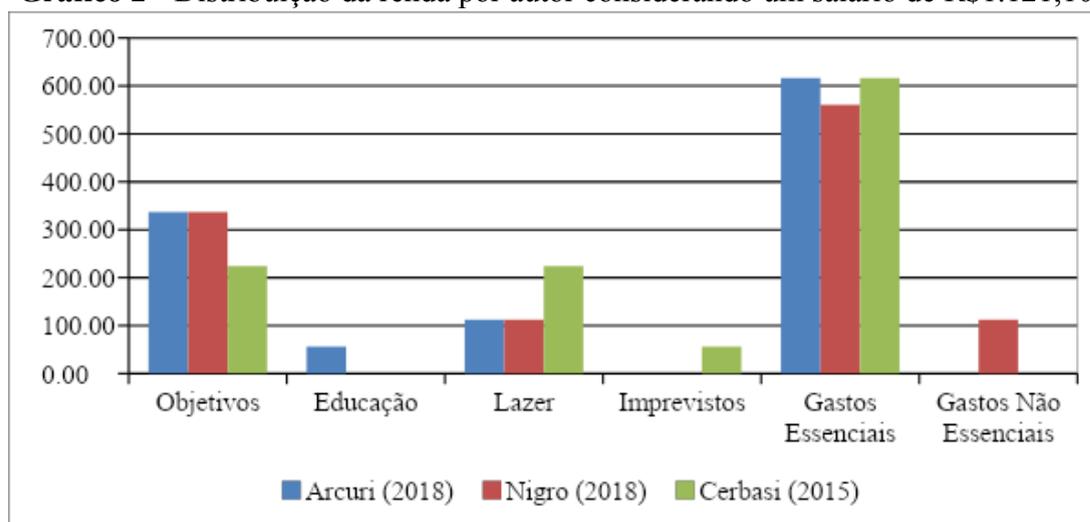


Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

No gráfico 1, é realizada a distribuição da renda mensal de um indivíduo que recebe R\$2.548,00, através dessa distribuição é possível notar que os autores não possuem um consenso referente a proporção ideal de distribuição dos recursos, no entanto, percebe-se que os valores podem ser adaptáveis ao padrão de vida desejável assim como se adequar a necessidade de destinação de recursos para a construção dos objetivos futuros (CVM; PLANEJAR, 2019). Evidencia-se que essa adaptação é possível em virtude do objetivo final que é o controle orçamentário, apesar dos autores divergirem em alguns pontos.

Posteriormente, com o intuito de demonstrar a distribuição da renda de um indivíduo que recebe mensalmente um salário mínimo líquido do desconto do INSS de R\$1.121,10, o gráfico 2, apresenta os valores sugeridos considerando a metodologia de Arcuri (2018), Nigro (2018) e Cerbasi (2015).

Gráfico 2 - Distribuição da renda por autor considerando um salário de R\$1.121,10



Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Vale ressaltar que, tanto no gráfico 1 quanto no gráfico 2, os valores projetados atentando os métodos de Cerbasi (2015) são personalizáveis, considerando apenas como valor fixo, os recursos destinados a imprevistos e os valores destinados aos objetivos futuros, estes podem variar entre 10% e 20% da renda total, conforme proposto pelo autor. Quando se trata da estrutura do controle orçamentário de forma detalhada, Cerbasi (2015) sugere que sua elaboração seja feita considerando as indicações descritas no quadro 2.

Quadro 2 - A estrutura do seu orçamento

Orçamento mensal		
Descrição dos nomes das contas lançadas	Relação de suas receitas líquidas	R\$
	- Ou -	
	Relação de suas receitas brutas	R\$
	(-) Relação dos tributos na fonte	R\$
	= Total da receita líquida no período	R\$
	(-) Relação de suas despesas fixas com:	R\$
	- Habitação	R\$
	- Saúde	R\$
	- Educação	R\$
	- Alimentação	R\$
	- Transporte	R\$
	- Impostos	R\$
	- Despesas Pessoais	R\$
	(-) Relação de suas despesas eventuais	R\$
	= Saldo disponível	R\$
+ Sobra de caixa do mês anterior	R\$	
(-) Aplicações financeiras feitas no período	R\$	
= Sobra de caixa no mês	R\$	
= Sobra de caixa total	R\$	

Fonte: Adaptado de Cerbasi (2015).

Após a análise do quadro 2, constata-se a necessidade de haver um detalhamento das despesas projetadas para o período incorrido, além da distribuição dos recursos por categoria,

visando o acompanhamento e controle das receitas e do patrimônio que está sendo construído.

Tendo isso em mente, para o processo de estudo do controle do orçamento pessoal através da utilização das ferramentas contábeis, serão utilizados os demonstrativos financeiros como: a demonstração do resultado do exercício, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa. Visto que, segundo Gitman (2010), esses são os demonstrativos que podem ser utilizados no planejamento pessoal com mais facilidade, mesmo com pouco conhecimento sobre o assunto. Assim, o presente estudo utilizou as ferramentas acima citadas, buscando poder auxiliar o maior número de pessoas na elaboração do seu orçamento pessoal.

Apesar de terem sido tratados no referencial teórico e considerado como possibilidade de serem utilizados no estudo para atender os objetivos da pesquisa, a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, foram descartadas no decorrer do projeto por exigirem um conhecimento mínimo a respeito de conceitos contábeis. Segundo Ribeiro (2013), a construção da Demonstração do Valor Adicionado exige o entendimento da sua finalidade que é a de evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua respectiva distribuição, durante determinado período. Já a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido se faz necessário ter conhecimento sobre as mutações ocorridas no patrimônio do período, além de conhecer como ocorreram as variações na reserva de avaliação, ganhos e perdas atuariais, ajustes de avaliação patrimonial e ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis. Assim, com base nas descrições dos demonstrativos, evidencia-se que, para o objeto do estudo, estes demonstrativos apresentariam mais elementos a serem considerados na sua construção para encaixar no orçamento pessoal, em virtude do exposto, eles não foram utilizados.

Essa constatação complementa o estudo de Giacomelli e Batista (2017) ao incluir o balanço patrimonial e a demonstração do resultado como ferramentas que podem ser utilizadas no controle do orçamento pessoal.

4.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a apresentação resumida das receitas e despesas incorridas decorrente das operações realizadas no exercício em análise, esse tem como objetivo demonstrar o resultado líquido do período indicando se houveram sobras de recursos, denominadas de lucros ou superávits financeiros; ou escassez, denominados de prejuízos ou déficits financeiros (GELBCKE et al., 2018).

A cada exercício social, que equivale a no máximo 12 meses no Brasil, a entidade

apura o resultado de suas operações. No entanto, é recomendável que os resultados sejam apurados em períodos mais curtos, como semestralmente, trimestralmente, mensalmente, quinzenalmente ou semanalmente, dependendo da necessidade de acompanhamento gerencial (PÊGAS, 2019). Esse demonstrativo pode ser adequado a realidade da pessoa física, segundo Gitman (2010), quando se trata de pessoas físicas, a utilização da ferramenta pode ser realizada de forma mais simplificada que a utilizada por pessoas jurídicas, apenas confrontando suas receitas e despesas, objetivando a sobra de recursos para aumentar sua poupança e investimentos que serão destinados à realização dos seus objetivos, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Demonstração do resultado do exercício com renda de R\$ 2.548,00

Demonstração do Resultado do Exercício			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Rendimentos			
Salário	R\$ 2.548,00	R\$ 2.548,00	R\$ 2.548,00
Gratificações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receitas financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(1) Total dos rendimentos	R\$ 2.548,00	R\$ 2.548,00	R\$ 2.548,00
Despesas			
Educação	R\$ 127,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Lazer	R\$ 254,80	R\$ 254,80	R\$ 509,60
Imprevistos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 127,40
Gastos essenciais	R\$ 1.401,40	R\$ 1.274,00	R\$ 1.401,40
Gastos não essenciais	R\$ 0,00	R\$ 254,80	R\$ 0,00
(2) Total das despesas	R\$ 1.783,60	R\$ 1.783,60	R\$ 2038,40
(3) Saldo de caixa (1)-(2)	R\$ 764,40	R\$ 764,40	R\$ 509,60

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

No quadro 3, observa-se que o demonstrativo foi elaborado considerando uma renda média mensal de R\$2.548,00, tendo como base as categorias citadas no orçamento detalhado apontado no quadro 1. A receita financeira foi considerada no quadro 3 e 4, para demonstrar que, ao passo que o orçamento financeiro começa a ser controlado, a pessoa tende a realizar pequenas ações de aplicação que irão gerar receitas financeiras. O mesmo demonstrativo foi montado no quadro 4, mostrando a realidade para os que possuem uma renda mensal de um salário mínimo de R\$1.121,10.

Quadro 4 - Demonstração do Resultado do Exercício com renda de R\$1.121,10

Demonstração do Resultado do Exercício			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Rendimentos			
Salário	R\$ 1.121,10	R\$ 1.121,10	R\$ 1.121,10
Gratificações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receitas financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(1) Total dos rendimentos	R\$ 1.121,10	R\$ 1.121,10	R\$ 1.121,10
Despesas			
Educação	R\$ 56,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Lazer	R\$ 112,11	R\$ 112,11	R\$ 224,22
Imprevistos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 56,06
Gastos essenciais	R\$ 616,61	R\$ 560,55	R\$ 616,61
Gastos não essenciais	R\$ 0,00	R\$ 112,11	R\$ 0,00
(2) Total das despesas	R\$ 784,78	R\$ 784,77	R\$ 896,89
(3) Saldo de caixa (1)-(2)	R\$ 336,32	R\$ 336,33	R\$ 224,21

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

No quadro 3 e no quadro 4 os demonstrativos consideraram um período mensal de controle, onde os superávits resultantes das operações serão equivalentes aos valores projetados no orçamento para a realização dos objetivos do seu usuário. Apresentando que, embora sejam calculadas de forma independente, as transações presentes na DRE com relação ao balanço patrimonial, serão refletidas na sua elaboração, aumentando ou diminuindo seu ativo, passivo ou o patrimônio líquido (PÊGAS, 2019).

4.4 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial de uma entidade em uma determinada data. As informações são agrupadas de forma a facilitar a compreensão da situação financeira e da sua constituição. O BP é composto por três elementos: ativos, passivos e patrimônio líquido. Onde os ativos se caracterizam por englobar os bens e direitos dos quais se esperam benefícios econômicos futuros, enquanto os passivos equivalem as obrigações financeiras, e o patrimônio líquido representa a diferença entre os ativos e os passivos (GELBCKE et al., 2018).

É importante destacar que a distinção dos ativos e passivos entre circulante e não circulante são essenciais para uma projeção dos bens, direitos e deveres de curto e longo prazo, facilitando o planejamento das próximas atividades (GITMAN, 2010).

Quando se trata do balanço patrimonial pessoal, se faz necessário que a distinção entre ativos seja feita segregando-os em ativos de uso pessoal e ativos que geram renda. Dessa forma, foi possível visualizar quais bens e direitos estão contribuindo para o crescimento patrimonial e quais estão gerando mais despesas que atrasam o processo de construção de

riqueza evidenciada no patrimônio líquido (CVM; PLANEJAR, 2019). No quadro 5, é apresentado o modelo indicado para a elaboração do balanço patrimonial para uso pessoal.

Quadro 5 - Modelo de balanço patrimonial pessoal

ATIVOS		PASSIVOS	
Ativos de uso pessoal	R\$	Contas a pagar	R\$
Residência	R\$	Cartão de crédito	R\$
Caixa	R\$	Cheque especial	R\$
Bancos	R\$	Empréstimos	R\$
Outros bens	R\$	Crediários	R\$
Ativos que geram renda	R\$	Total das obrigações	R\$
Aplicações financeiras	R\$	Patrimônio líquido = Ativos – Passivos	
Total de bens e direitos	R\$		

Fonte: Elaborado pelos autores com base em CVM e Planejar (2019).

O quadro 5 foi criado com o intuito de ser uma ferramenta personalizável para quem deseja utilizá-la para a construção das suas próprias demonstrações, independentemente da renda que possua. O BP foi construído com o intuito de ser útil e ajustável para o seu público.

Em sequência, é evidenciado que, além de utilizar o orçamento, a demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial, é possível utilizar a demonstração do fluxo de caixa para acompanhar as movimentações financeiras ocorridas no período analisado, de forma individual, objetivando fazer ajustes na destinação dos recursos, caso seja necessário.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um relatório contábil que evidencia as transações ocorridas em um determinado período de tempo que provocam alterações no saldo de caixa ou em seus equivalentes. Representando um demonstrativo que reflete os fatos administrativos que envolvem fluxos de dinheiro devidamente registrados em contas representativas das movimentações realizadas (RIBEIRO, 2013).

Gitman (2010) afirma que a DFC fornece uma síntese dos fluxos de caixa operacionais, de investimentos e de financiamentos de uma empresa, conciliando seus saldos de caixa e aplicações financeiras concretizadas no período. Assim, considerando sua importância para o controle dos recursos disponíveis, no quadro 6 foram especificadas as categorias que podem ser utilizadas pelos usuários pessoas físicas quando adaptadas às categorias de controle presentes no demonstrativo.

Quadro 6 - Demonstração do fluxo de caixa com renda mensal de R\$ 2.548,00

Fluxo de caixa dos objetivos			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$764,40	R\$764,40	R\$509,60
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa da educação			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$127,40	R\$	R\$
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa do lazer			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$254,80	R\$254,80	R\$509,60
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa dos imprevistos			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$	R\$	R\$127,40
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa dos gastos essenciais			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$1401,40	R\$1274,00	R\$1401,40
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa dos gastos não essenciais			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$	R\$254,80	R\$
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Saldo inicial dos fluxos	R\$	R\$	R\$
Saldo final dos fluxos	R\$	R\$	R\$

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

No quadro 6, é possível observar que os valores iniciais por fluxo de caixa seguem os padrões estabelecidos no orçamento, considerando uma renda média mensal de R\$ 2.548,00. Enquanto no quadro 7 foram distribuídos os valores sugeridos para uma renda média líquida mensal de R\$ 1.121,10.

Quadro 7 - Demonstração do fluxo de caixa com renda mensal de R\$1.121,10

Fluxo de caixa dos objetivos			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$336,33	R\$336,33	R\$224,21
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa da educação			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$56,06	R\$	R\$
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa do lazer			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$112,11	R\$112,11	R\$224,21
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa dos imprevistos			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$	R\$	R\$56,06
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa dos gastos essenciais			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$616,61	R\$560,55	R\$616,61
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Fluxo de caixa dos gastos não essenciais			
	Arcuri (2018)	Nigro (2018)	Cerbasi (2015)
Saldo inicial disponível	R\$	R\$112,11	R\$
Transações do período	R\$	R\$	R\$
Caixa no fim do período	R\$	R\$	R\$
Saldo inicial dos fluxos	R\$	R\$	R\$
Saldo final dos fluxos	R\$	R\$	R\$

Fonte: Adaptado de Gitman (2010).

Constata-se no quadro 7, que os valores iniciais por fluxo de caixa seguem os padrões estabelecidos no orçamento pessoal elaborado no quadro 1.

Diante da apresentação dos demonstrativos, revela-se que as ferramentas contábeis que, habitualmente são utilizadas por entidades com caráter jurídico, podem ser adaptáveis à realidade de um indivíduo, desde que sejam realizados ajustes que se alinham com suas necessidades, mas, que mantenham as características de elaboração do demonstrativo. Dessa forma, esses podem ser utilizados como fonte de informações financeiras por parte do indivíduo para auxiliar na tomada de decisões a respeito da realização de objetivos financeiros e controle dos proventos, resultando assim, na diminuição de endividamentos e no acúmulo de bens e reservas financeiras. Corroborando a pesquisa elaborada por Vinco, Florencio e Viana (2018), que aponta que ferramentas como a elaboração de um orçamento e outros demonstrativos financeiros, podem possibilitar a melhora da relação que a sociedade possui

com o dinheiro e produtos financeiros, ajudando também, na redução do endividamento. Além desses pontos, existe a possibilidade de geração de acúmulos dos ativos financeiros, esses, podem ser utilizados na concretização de sonhos pessoais e familiares.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou identificar as ferramentas contábeis que podem ser utilizadas no controle orçamentário de pessoas físicas, através da personalização das ferramentas contábeis de acordo com a necessidade dos seus usuários. Para atender ao objetivo traçado, a pesquisa foi classificada como aplicada, tendo uma abordagem qualitativa e quantitativa. No que se refere aos procedimentos, foi classificada como documental e, quanto ao objetivo, explicativa.

O estudo selecionou os demonstrativos que podem ser utilizados por pessoas físicas, no entanto, ao realizar a coleta das informações através da pesquisa bibliográfica e documental, foi possível constatar que mesmo havendo a possibilidade de utilização dos demonstrativos contábeis por pessoas físicas, apenas algumas poderiam ser adaptáveis para esse fim, como o orçamento, a demonstração do resultado do exercício, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.

Ao passo que a Demonstração do Valor Adicionado e a Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido trariam mais complexidade para a organização das finanças dos indivíduos, dificultando a continuidade do plano traçado, visto que tendem a exigir maiores conhecimentos sobre o assunto para serem utilizados.

Com base nos achados da pesquisa, pôde-se concluir que a utilização das ferramentas contábeis no controle orçamentário de pessoas físicas possibilita o controle e gestão do patrimônio pessoal, visando o alcance de metas financeiras, a proteção dos seus recursos e a sua disponibilidade futura. As ferramentas que podem ser utilizadas são o orçamento, a demonstração do resultado do exercício, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.

Os achados deste estudo complementam a pesquisa de Jacomelli e Batista (2017) que apontaram o orçamento e o fluxo de caixa, e este estudo incluiu o balanço patrimonial e a demonstração do resultado como ferramentas que podem ser utilizadas no controle do orçamento pessoal das pessoas físicas, tendo em vista que, através dos modelos propostos, eles terão a real situação do seu patrimônio e irão ter o controle de suas finanças sem agregar custos, surgindo como um instrumento de auxílio ao controle financeiro e patrimonial da

sociedade.

O estudo pôde concluir também que, com a utilização dessas ferramentas de forma contínua, com o devido controle dos recursos financeiros e dos gastos, existe a possibilidade de evitar possíveis endividamentos, os quais costumam acarretar a falta de controle financeiro.

No desenvolvimento do estudo, ocorreram algumas limitações, entre elas a divergência de opiniões dos autores citados na pesquisa, a respeito das porcentagens destinadas às categorias financeiras elencadas, dificultando a sugestão de um único modelo de orçamento; como também a escassez de material didático referentes ao uso das ferramentas contábeis por pessoas físicas.

Com base no que foi desenvolvido pelo estudo, sugere-se para pesquisas futuras, que seja realizada a continuidade do estudo com projeções que apontem o resultado financeiro que pode ser obtido através do controle do orçamento a longo prazo com a utilização dos demonstrativos, buscando assim, fortalecer a necessidade de controles sobre o orçamento familiar e o reflexo quando realizado de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

- AFFDE. Os 8 tipos de contabilidade. AFFDE, 2021. Disponível em: <https://www.affde.com/pt/accounting-types.html>. Acesso em: 27 Out. 2021.
- ANBIMA. Finfluence – Quem fala de investimentos nas redes sociais. ANBIMA, 2022. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/influenciadores-de-investimentos-2.htm. Acesso em: 13 maio 2022.
- AMORIM, P. **Finanças Pessoais: Planejamento para a Aposentadoria e Independência Financeira**. Monografia (Bacharelado em Administração) – Faculdade de Ceres. Ceres, p. 97. 2016.
- ARCURI, N. **Me poupe: 10 Passos para Nunca Mais Faltar Dinheiro no Seu Bolso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.
- CAMPOS, A. CNC: Brasil encerrou 2021 com recorde de endividados. **Agencia Brasil**, 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/cnc-brasil-encerrou-2021-com-recorde-de-endividados>. Acesso em: 28 fev. 2022.
- CERBASI, G. **Como Organizar sua Vida Financeira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Planejamento Financeiro Pessoal**. Rio de Janeiro: CVM e PLANEJAR, 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa**. Brasília. 2010.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília. 2011.

COSTA, Daiana; BARBOSA, David. Brasileiro só consegue o Primeiro Emprego com Carteira Assinada, em Média após os 28 anos. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/brasileiro-so-consegue-primeiro-emprego-com-carteira-assinada-em-media-apos-os-28-anos-23659774>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CVM; PLANEJAR. **Planejamento Financeiro Pessoal**. 1. ed. Rio de Janeiro: CVM e Planejar, 2019.

DA PAZ, W. T. B.; DA CONCEIÇÃO, A. P.; AYRES, M. A. C. A utilização das ferramentas contábeis gerenciais na tomada de decisão nas microempresas do município de Praia Norte - TO. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 12, p. 146-158, 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIECONÔMICOS (DIEESE). Salário mínimo nominal e necessário. **DIEESE**: São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

DESOTI, C. IDados no G1: Brasil tem recorde de 30 milhões de pessoas recebendo até um salário mínimo. **IDados**, 2021. Disponível em: <https://blog.idados.id/idados-g1-brasil-tem-recorde-de-pessoas-recebendo-ate-um-salario-minimo/>. Acesso em: 13 maio 2022.

FREZATTI, F. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GARCIA, A. **Planejamento Financeiro Pessoal: um Estudo sobre a Renda Pós-aposentadoria**. Tese (Pós-graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, P. 130. 2005.

GARRISON, R.; NOREEN, E.; BREWER, P. **Contabilidade Gerencial**. 14. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2013.

GELBECKE, E. *et al.* **Manual da Contabilidade Societária** : Aplicável a Todas as Sociedades: De acordo com as Normas Internacionais e do CPC.3.ed. São Paulo: Atlas, 2018.
GIL, Robledo. **Tipos de pesquisa**. 2 ed. São Paulo, 2008.

GITMAN, L. **Princípios de Administração Financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. **IBGE**, São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html>. Acesso em: 03 jun. 2022.

JACOMELLI, J.; BATISTA, M. A. Ciência e sociedade: ferramentas contábeis no ensino da educação financeira. **Expressa Extensão**, v. 22, n. 2, p. 102-112, 2017.

KIYOSAKI, R. T. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**; traduzido por Maria José Cyhlar Monteiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

LEAL, C. P.; DO NASCIMENTO, J. A. R. **Planejamento financeiro pessoal**. Revista de Ciências Gerenciais, v. 15, n. 22, 2011.

LISBOA, V. CNC: percentual de famílias com dívidas chega a 72,9%: Dado é da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. **Agência Brasil**, 2021. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-08/cnc-percentual-de-familias-com-dividas-chega-729#:~:text=Publicado%20em%2025%2F08%202021,%25%2C%20um%20novo%20recorde%20mensal>. Acesso em: 02 out. 2021.

LOPES, F. F. M. **A importância do orçamento familiar**. Orientadora: Rachel F. S. Bicalho. TCC (Graduação) – Curso de Administração, Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LOPES, J. *et al.* **Como Fazer um Planejamento Previdenciário Visando uma Aposentadoria Complementar Devido ao Déficit Orçamentário da Previdência?** 2019.

LOUZADA, P. **12 etapas para realizar um orçamento**. Disponível em:
<https://www.fm2s.com.br/orcamento-pessoal/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LUDICIBUS, S.; RIOS, R. **Teoria da Contabilidade**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, G. A. THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MCGRATH, M. **Um teste global de alfabetização financeira descobre que apenas 57% dos adultos nos EUA são alfabetizados financeiramente**. Estados Unidos, 2015. Disponível em:
<https://www.forbes.com/sites/maggiemcgrath/2015/11/18/in-a-global-test-of-financial-literacy-the-u-s/?sh=15db8daf58f0>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MORETTI, I. **Pesquisa aplicada: o que é, como fazer e exemplos**. Disponível em:
<https://viacarreira.com/pesquisa-aplicada/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

NIGRO, T. **Do Mil ao Milhão sem cortar o Cafézinho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Harper Hills, 2018.

ORTEGA, F. Planejamento Financeiro: o passo a passo de como criar um do zero. **Invest News**, 2021. Disponível em:
<https://investnews.com.br/financas/planejamento-financeiro-como-criar/#:~:text=Para%20isso%2C%20%20C3%A9%20importante%20se,bem%20definidas%20receita%20e%20despesa>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PADOVEZE, C. **Contabilidade Gerencial**. 1. ed. Curitiba: Iesde Brasil S/A, 2012.

PÊGAS, P. **Manual da Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

POTRICH, A. C. G. **Tipos de Orçamento**. Disponível em:

https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3904783/mod_resource/content/3/Aula%205%20-%20Tipos%20de%20Or%C3%A7amento%202020-2.pdf. Acesso em: 18 maio 2022.

REDAÇÃO ONZE. **Orçamento: O que é e como elaborar o seu**. Acesso em: 15 abr. 2022.

RIBEIRO, O. **Contabilidade Geral Fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, R. **Planejamento Financeiro para Aposentadoria na Iniciativa Privada**. Tese (Pós-graduação em Contabilidade e Finanças) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, P. 78. 2013.

ROCHA, E. **Entenda a diferença entre planejamento e orçamento financeiro**. Disponível em:

<https://evanildarocha.com.br/entenda-a-diferenca-entre-planejamento-e-orcamento-financeiro/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

ROVAI, A. L. **Demonstrações financeiras**. Disponível em:

<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/230/edicao-1/demonstracoes-financeiras->. Acesso em: 02 maio 2022.

SAMULESKI, E. **Tipos de orçamentos empresariais e suas vantagens**. Disponível em:

<https://xorcamentos.com.br/artigo/18/tipos-de-orcamentos-empresariais>. Acesso em: 18 maio 2022.

SANTOS, A. L.; LIMA, M. A. **Contador moderno e a importância das ferramentas contábeis na gestão de microempresas**. 2018. Artigo apresentado à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis. Porto Velho, 2018.

SCHEUERMANN, J. R.; SCHWARTZHAUPT, J. W. Ferramentas contábeis para a tomada de decisão—análise da utilização em 24 (vinte quatro) empresas de Porto Alegre-RS. **RECONF—Revista Contabilidade em Foco**, v. 2, n. 2, p. 143-165, 2020.

SERASA EXPERIAN. Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje. **Serasa Experian**, 2018. Disponível em:

<https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 28 fev. 2022.

SOUZA, Acilon Batista de. **Curso de administração financeira e orçamento: princípios e aplicações**. São Paulo: Atlas, 2014.

SOUZA, Marcelo Pereira. **Perspectiva quali-quantitativa no método de uma pesquisa**.

Artigo (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe. Aracajú, P. 14. 2018.

TEZZA, G. K. **Utilização das ferramentas contábeis pelas famílias residentes no bairro Vila Nova no município de Içara para a gestão do orçamento familiar.** Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2015.

VIEIRA, E. T. V. **As ferramentas contábeis e o empreendedorismo no desenvolvimento das micro e pequenas empresas: O caso das empresas de panificação da cidade de Campo Grande/MS.** Monografia de Pós-Graduação, 2008.

VINCO, A.; FLORENSCIO, R.; VIANA, L. S. **Educação financeira: sua importância no planejamento financeiro pessoal e familiar.** Edição especial. São Camilo: Cadernos Camilliani, 2018.